ANDRÉ YUKIO IOCHIDA LACERDA

**NEXO CAUSAL:
um estudo à luz do cenário atual da responsabilidade civil**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Francisco Paulo De Crescenzo Marino

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO - SP**

2018

ANDRÉ YUKIO IOCHIDA LACERDA

**NEXO CAUSAL:
um estudo à luz do cenário atual da responsabilidade civil**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Dr. Francisco Paulo De Crescenzo Marino.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO, 2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Lacerda, André Yukio Iochida

NEXO CAUSAL: um estudo à luz do cenário atual da responsabilidade civil /
André Yukio Iochida Lacerda ; orientador Francisco Paulo De Crescenzo
Marino -- São Paulo, 2018.
203 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Responsabilidade civil. 2. Nexo causal. 3. Causa virtual. 4. Investigação
causal. 5. Interrupção do nexo causal. I. Marino, Francisco Paulo De Crescenzo,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Diz-se, com razão, que o melhor presente que os pais podem dar aos filhos é estar presente, pelo que, em primeiro lugar, devo agradecer aos meus por terem me presenteado com a melhor oferta que eu poderia receber, estando comigo em todos os momentos que precisei, me apoiando em tempo integral, me ensinando a ter tranquilidade nas turbulências, sabedoria nas escolhas e bom humor no dia a dia.

Fonte de inspiração desde a infância, meu irmão sempre representou para mim – seja pelos pouco mais de três anos que nos distanciam, seja por sua notável inteligência e marcante personalidade – verdadeiro espelho, no qual procuro enxergar meu futuro, de forma que o agradeço por, mesmo sem saber, me dar forças para sempre tentar (mas nem sempre conseguir) me aproximar de seus feitos, cabendo, em acréscimo, ressaltar a nossa enorme parceria de todas as horas, que tenho a sorte de desfrutar.

A sorte, aliás, é um fator constantemente presente na minha vida, uma das maiores foi ser aluno durante os três primeiros anos da minha graduação na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, do Professor Francisco Paulo De Crescenzo Marino, orientador da presente dissertação, a quem sou muito grato pelas memoráveis lições de direito civil, que forneceram base essencial ao desenvolvimento dos meus estudos. Os agradecimentos são a ele devidos não apenas por me direcionar ao caminho correto todas as vezes em que inadvertidamente tentei dele me desviar, sempre com apontamentos precisos, conselhos certos, incentivo e paciência, mas também pelas inúmeras oportunidades de aprendizado que por ele me foram concedidas desde a primeira manhã de aula no início do ano de 2010.

Não poderia, por outro lado, deixar de destacar a importância do Professor Marco Fábio Morsello, tanto pela orientação no trabalho de conclusão de curso de graduação, que representou o primeiro passo para as ideias expostas na presente dissertação, como pelo detalhado exame realizado nas pesquisas que apresentei no projeto de qualificação, de modo que me faltam palavras para agradecer o cuidado e a generosidade, que contribuíram fortemente para o resultado final deste trabalho.

No âmbito profissional, agradeço ao Desembargador Fabio Guidi Tabosa Pessoa, também Professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que me acolheu em seu gabinete desde o término da minha graduação, há pouco mais de três anos, e que representa para mim um grande exemplo de dedicação, ética e extraordinário raciocínio

jurídico, a quem sou muito grato, dentre tantas coisas, pelo aprendizado constante e pela enorme compreensão com os diversos compromissos acadêmicos, muitos deles durante o horário de trabalho.

Aos meus colegas de gabinete, Renan Augusto Jacó Mota, Priscila van Deursen Parmigiani e Priscila de Oliveira Pires, verdadeiros amigos, a quem agradeço pela alegria do convívio diário, pela transformação do ambiente de trabalho num lugar mais prazeroso, bem como pela enriquecedora e contínua troca de ideias

Não posso esquecer, ainda, dos lugares que estagiei durante a minha graduação: o escritório de advocacia Ferro Castro Neves, Daltro & Gomide Advogados e o gabinete do Desembargador Tasso Duarte de Melo, locais em que aprendi as primeiras lições práticas do mundo jurídico e onde tive a sorte de ter chefes como Rodrigo Barreto Cogo e José Eugenio do Amaral Souza Neto, pessoas que representaram com excelência o modelo de profissional que tento seguir nos dias de hoje.

Presença constante nos meus últimos oito anos, em todos os treinos às terças e quintas de madrugada e nos incontáveis jogos de finais-de-semana e feriados, agradeço ao time de handebol da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, por simbolizar a maior fonte de meu amadurecimento pessoal, por todas as amizades construídas, pelas alegrias nas vitórias, pelo aprendizado nas derrotas e, enfim, por todos os momentos mais marcantes da minha vida universitária.

Agradeço, também, a todos os amigos que fiz na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, durante a graduação e a pós-graduação, pelas conversas sob as Arcadas, sejam elas discussões jurídicas, políticas ou sobre amenidades, que tornavam as manhãs mais vivas e as noites mais agitadas. No tocante à presente dissertação, muitos deles foram essenciais pelos debates e pelas indicações bibliográficas; contudo, a fim de não cometer injustiças, sou forçado a me abster da tentativa de dar nomes a todos, cabendo destacar apenas um: Camila, a quem sou grato pelo suporte e pelo carinho durante grande parte da graduação e, principalmente, ao longo do primeiro ano da pós-graduação.

Aos alunos das Turmas 188 e 189 da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a quem tive a sorte de dar monitorias, devo não um agradecimento, mas um pedido de desculpas pelo desequilíbrio da relação: ensinaram-me muito mais do que eu pude retribuir. Valiosas foram as lições que com eles pude aprender, tanto no âmbito

jurídica, acerca da matéria semanalmente discutida nos seminários, como no plano pessoal, sobre didática, exposição oral, a necessária preparação para os encontros e a bonita relação aluno-professor.

Por fim, aos meus amigos mais antigos, do Colégio Albert Sabin e agregados, com os quais tenho o imenso prazer de conviver desde a pré-adolescência, devo agradecer pelo companheirismo, pelos conselhos, pelas risadas, pelos esportes e, enfim, por todos os bons momentos que juntos passamos, que, sem sombra de dúvidas, tornaram mais leve a exaustiva jornada de pesquisar, pensar e passar ao papel as ideias a seguir apresentadas.

RESUMO

O objeto de estudo da presente dissertação é o nexo causal no âmbito da responsabilidade civil. Pretende-se delinear o seu correto tratamento jurídico no cenário atual do instituto, que tem como finalidade central a proteção da vítima do dano sofrido injustamente. Nesse sentido, é possível observar, em certas hipóteses, a imposição do dever de reparação mesmo na ausência do nexo de causalidade em seu conceito clássico. A partir dessa constatação, analisa-se não apenas as diversas teorias elaboradas para a interpretação e aplicação do nexo causal, mas também – e principalmente – o processo de investigação causal, a ser realizado em litígios concretos, nos quais a causalidade seja o objeto de discussão. Assim, este trabalho propõe uma metodologia específica para a investigação causal, atribuindo a ela maior precisão técnica. Em tal contexto, são estudados os possíveis resultados decorrentes desse procedimento, com o exame de variados fenômenos relativos à causalidade, como os danos provocados por dois ou mais fatos diferentes, as excludentes de responsabilidade civil e a causa virtual. Na sequência, esta dissertação explora os casos em que é possível identificar duas ou mais séries causais dirigidas à causação de um dano, tendo, entretanto, apenas uma delas atuado efetivamente. Nessas situações, ocorre, via de regra, a interrupção do nexo causal, com a imputação do dever de reparação do prejuízo somente ao autor do fato que produziu efeitos (causa real), exonerando o autor do fato que, embora potencialmente apto a ocasionar o dano, foi inócuo (causa virtual). Por outro lado, tendo em vista o escopo atual da responsabilidade civil, no sentido de defesa da vítima, foram criadas normas jurídicas que determinam, em hipóteses específicas, o tratamento do nexo causal de forma mais flexível, por meio da relativização dos efeitos da excludente que representa a causa real, com a fixação de presunções de causalidade. Tais casos, cujos exemplos analisados de forma aprofundada neste trabalho recaem sobre as relações consumeristas ou ocorridas no âmbito de aplicação da teoria do fortuito interno, justificam a imposição do dever de indenizar mesmo na falta do nexo causal em sua definição tradicional. A flexibilização da causalidade é limitada, pois, aos casos excepcionais em que existe uma regra jurídica especial ordenando a atenuação dos efeitos de uma determinada excludente na situação especificamente em análise. Atribui-se, assim, maior segurança jurídica à responsabilidade civil.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Nexos causal. Causa virtual. Investigação causal. Interrupção do nexo causal. Flexibilização do nexo causal. Presunção de causalidade.

ABSTRACT

The study object of this dissertation is the causation in the scope of tort law. It seeks to delineate the proper legal treatment in the current scenario of this figure, the main purpose of which is to protect the victim from an unfairly suffered damage. In this regard, it is possible to observe, in certain cases, the imposition of a duty to indemnify even in the absence of causation in its classical concept. Based on this premise, the present study analyzes not only the various theories developed for the interpretation and application of causation, but also – and mainly – the causal investigation process, to be carried out in specific litigation cases in which causality is the main aspect of the discussion. Thus, the dissertation proposes a specific methodology for causal investigation, attributing a more technical precision to it. Thereby, the study presents the procedure's possible results, alongside the examination of various phenomena related to causality, such as damages caused by two or more different facts, excluding factors of liability and the virtual cause. Subsequently, this dissertation explores the cases in which it is possible to identify two or more causal series directed to the causation of a damage, but with only one of them acting effectively. In such situations, as a general rule, the interruption of the causation occurs, with the imputation of the duty to indemnify the damage falling only into the author of the fact that produced effects (real cause), thus exempting the author from the fact that, although potentially able to cause the damage, was innocuous (virtual cause). On the other hand, considering the current scope of tort law, namely, the defense of the victim, legal norms were edited to make the causation more flexible, in specific cases, through the relativization of the effects of the excluding factors of liability that represent the real cause with the establishment of causality presumptions. Such cases, whose examples analyzed in depth in this study are related to consumer relations or occurred within the scope of the theory of internal fortuitous, justify the imposition of the duty to indemnify even in the absence of causation in its traditional definition. Accordingly, the causation flexibility is limited to exceptional cases in which it is verified a special legal rule ordering the mitigation of the effects of a particular excluding factor of liability in the specific situation under analysis. Thereby, more legal certainty is assigned to tort law.

Keywords: Tort law. Causation. Virtual cause. Causal investigation. Causation interruption. Causation flexibility. Causality presumption.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – PERSPECTIVAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	16
1.1 O conceito de responsabilidade civil.....	16
1.2 Breve análise da evolução histórica da responsabilidade civil	19
1.2.1 Civilizações da antiguidade oriental e a prevalência da Lei de Talião.....	20
1.2.2 Direito romano e a superação da noção de vingança privada.....	22
1.2.3 O Código Civil Francês de 1804 e a construção de uma cláusula geral do dever de reparação do dano	27
1.2.4 A evolução histórica da responsabilidade civil no sistema jurídico brasileiro	30
1.3 As dicotomias atuais da responsabilidade civil.....	34
1.3.1 Responsabilidade civil subjetiva e objetiva.....	35
1.3.2 Responsabilidade civil contratual e extracontratual	38
1.4 Responsabilidade civil: cenário contemporâneo e atuais funções	42
CAPÍTULO II – O NEXO CAUSAL NA RESPONSABILIDADE CIVIL: ASPECTOS GERAIS.....	48
2.1 O conceito e a dupla função exercida pelo nexo de causalidade dentro do instituto da responsabilidade civil.....	48
2.2 Teorias relacionadas ao nexo causal: uma primeira classificação.....	55
2.2.1 Teorias generalizadoras - Teoria da Equivalência das Condições.....	56
2.2.2 Teorias individualizadoras.....	61
2.2.2.1 Teoria da Causa Próxima	61
2.2.2.2 Teoria da Causa Eficiente.....	63
2.2.2.3 Teoria do Escopo da Norma Jurídica Violada	65
2.2.2.4 Teoria da Causalidade Adequada	68
2.2.2.5 Teoria da Causalidade Jurídica.....	74
2.2.2.6 Teoria da Causalidade Necessária	77
2.3 As teorias da causalidade no ordenamento jurídico brasileiro	82

CAPÍTULO III – A INVESTIGAÇÃO CAUSAL.....	88
3.1 Metodologia	88
3.2 Possíveis resultados.....	99
3.2.1 Causalidade singular	99
3.2.2 Causalidade múltipla	106
3.2.3 Causalidade virtual-real	114
3.3 Aplicação – casos concretos.....	124
CAPÍTULO IV – INTERRUPÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO NEXO CAUSAL ..	136
4.1 <i>Causalidade virtual, causalidade interrompida e causalidade presumida</i>	136
4.2 As excludentes de responsabilidade civil e a interrupção do nexo causal	138
4.2.1 Fato exclusivo da vítima.....	142
4.2.2 Fato de terceiro	149
4.2.3 Caso fortuito ou força maior.....	157
4.3 A relativização dos efeitos das excludentes e a flexibilização do nexo causal	169
4.3.1 A flexibilização do nexo causal nas relações consumeristas.....	173
4.3.2 A flexibilização do nexo causal no âmbito de aplicação da teoria do fortuito interno.....	187
CONCLUSÃO.....	194
BIBLIOGRAFIA	198

INTRODUÇÃO

Se existe um consenso entre os autores que mais recentemente se dedicaram ao estudo da responsabilidade civil é o de que o instituto vem passando, nas últimas décadas, por grandes transformações, não mais havendo espaço para a sua identificação com a ideologia predominantemente liberal e individualista, tal qual imaginada pelo Código Civil Francês, promulgado em 21 de março de 1804, que inegavelmente influenciou as mais diversas codificações da família romano-germânica do direito¹.

Digno de nota, nesse sentido, o fato de duas das obras recentes de maior destaque na responsabilidade civil – que serviram de inspiração para muitas das ideias contidas na presente dissertação –, revelarem, já em sua introdução, o cenário aparentemente caótico em que o instituto se encontra hodiernamente: ANDERSON SCHREIBER, em seu livro *Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil*, adverte o leitor em relação à “*anárquica variedade de entendimentos e interpretações que permeiam o tratamento judicial do instituto, gerando, não raro, soluções díspares para hipóteses idênticas*”² e compara o início dos estudos sobre a responsabilidade civil à porta do inferno vislumbrada por Dante Alighieri, em *A Divina Comédia*; enquanto DANIEL DE ANDRADE LEVY faz uma analogia da peça *Seis Personagens à Procura de um Autor*, de Luigi Pirandello, com o atual panorama do sistema jurídico de reparação dos danos, destacando que “*tem cabido à cultura jurídica o papel de criar personagens, cada vez mais desgarrados de seus históricos autores, mas cujos papéis, mesmo inadaptados, continuam a ser impostos aos milhões de intérpretes da sociedade pós-moderna*”³.

Não à toa, GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA aponta para a “*mutabilidade constante*” do instituto da responsabilidade civil, colocando em relevo a existência, na atualidade, de uma “*movimentação eterna no sentido de ser alcançado seu*

---

¹ GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. *Responsabilidade civil pelo risco da atividade: uma cláusula geral no Código Civil de 2002*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 9.

² SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil: da erosão dos filtros de reparação à diluição dos danos*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 3.

³ LEVY, Daniel de Andrade. *Responsabilidade civil: de um direito dos danos a um direito das condutas lesivas*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 2.

desiderato maior, que é exatamente o pronto-atendimento às vítimas de danos pela atribuição, a alguém, do dever de indenizá-los”⁴.

Ressalte-se, porém, que a figura da vítima se encontra, desde sempre, presente no instituto da responsabilidade civil, cujos limites de atuação foram definidos com bastante clareza por AGOSTINHO ALVIM, ao afirmar que “*há responsabilidade civil em todos os casos em que uma pessoa é obrigada a reparar o dano sofrido por outra*”⁵.

Assim, a evolução da responsabilidade civil mencionada no parágrafo inicial do presente trabalho não significa uma revolução no tratamento destinado ao instituto, mas apenas uma alteração de foco, tendo em vista ser justamente a proteção da vítima em face do dano injustamente sofrido que constitui o verdadeiro escopo da responsabilidade civil em seu cenário atual⁶.

Substitui-se, nesse contexto, o elemento a ocupar a posição central do instituto, retirando-se, dali, a conduta culposa e, por assim dizer, reprovável do agente causador do dano, para colocar, em seu lugar, a pessoa da vítima e a lesão por ela sofrida, com vista aos valores relacionados à dignidade da pessoa humana e à solidariedade social, conceitos que, a demonstrar seu protagonismo na sociedade brasileira atual, foram positivados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, respectivamente, como fundamento do Estado Democrático de Direito⁷ e como objetivo essencial a ser alcançado pela nação⁸.

---

⁴ HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Responsabilidade pressuposta*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 2.

⁵ ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 242.

⁶ Nesse sentido: GODOY, Cláudio Luís Bueno de. *Responsabilidade civil pelo risco...*, cit., pp. 14-15; CRUZ, Gisela Sampaio da. *O problema do nexo causal na responsabilidade civil*, Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 306; SCHREIBER, Anderson, *op. cit.*, pp. 222-223; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes, *op. cit.*, p. 141; LEVY, Daniel de Andrade., *Responsabilidade...*, cit., pp. 20-24; e MORAES, Maria Celina Bodin de. “O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo” In: SARLET, Ingo Wolfgang. (Coord.) *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, pp. 137-147.

⁷ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...)

III - a dignidade da pessoa humana;

⁸ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

A grande contradição, nesse ponto, é a de que a responsabilidade civil, tal qual positivada no Código Civil Brasileiro de 2002, apesar de seus notáveis avanços quanto à fixação de novos mecanismos de reparação de danos⁹, ainda contém boa parte das raízes da ideologia liberal e individualista para a qual foi pensada nos séculos XVIII e XIX, o que vai frontalmente de encontro à atual tendência coletivizadora da responsabilidade civil¹⁰, ocasionando, como bem observa ANDERSON SCHREIBER, “*um choque entre a velha estrutura da responsabilidade civil – essencialmente individualista, destinada a transferir o dano a um único culpado, um único causador, um único responsável – e a sua função primordial na atualidade*”¹¹.

Todas essas questões mais amplas, relativas à responsabilidade civil em geral, com especial enfoque na delimitação de seu conceito, seguida de uma breve análise de sua evolução histórica e, posteriormente, das atuais classificações e dicotomias do instituto, culminando, por derradeiro, com uma visão geral acerca do cenário contemporâneo do sistema de reparação de danos constituirão o objeto do primeiro capítulo da presente dissertação.

Essas considerações iniciais, longe de envolver meras conjecturas introdutórias do tema a ser aqui especificamente tratado, mostrar-se-ão essenciais ao perfeito entendimento das proposições feitas nos demais capítulos do trabalho.

Destaque-se, no entanto, que o foco deste trabalho é inequivocamente o nexo causal, elemento que, ainda nos dias atuais¹², se mostra indispensável para a imputação do dever de reparar o dano em qualquer uma das principais classificações da responsabilidade civil: contratual ou extracontratual, subjetiva ou objetiva¹³.

---

⁹ Sendo possível destacar como a maior dessas mudanças, sem sombra de dúvidas, a criação de uma cláusula geral de responsabilidade sem culpa, pelo risco da atividade, no parágrafo único do art. 927.

¹⁰ A esse respeito, confira-se o capítulo “O fenômeno da coletivização da responsabilidade civil: prós e contras” In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *op. cit.*, pp. 143-148.

¹¹ SCHREIBER, Anderson. *op. cit.*, p. 233.

¹² Diz-se *ainda nos dias atuais* como forma de se ressaltar que não se está aqui olvidando o fenômeno moderno da “flexibilização do nexo causal”, muito bem retratado por Anderson Schreiber (*op. cit.*, pp. 65-67) e que será estudado com detalhes ao longa da presente dissertação. Cabe antecipar, todavia, que a verificação do nexo de causalidade, mesmo que de forma flexibilizada, se mostra imprescindível para a imputação do dever de reparação do dano; a própria adaptação do conceito de nexo causal para adequá-lo ao cenário atual da responsabilidade civil, como será visto adiante, acaba por revelar a essencialidade desse elemento.

¹³ CRUZ, Gisela Sampaio da. *op. cit.*, p. 18.

Necessário se faz, todavia, ressaltar desde já a advertência feita por CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, no sentido de ser o nexo de causalidade “*o mais delicado dos elementos da responsabilidade civil e o mais difícil de ser determinado*”¹⁴, sendo possível observar, nesse contexto, que o conceito de causalidade sempre foi muito debatido pela doutrina, que basicamente buscou delimitar e solucionar os complexos problemas relacionados à aplicação do nexo causal.

Paradoxalmente a essa dificuldade, é possível observar que o referido elemento se afigura, desde a infância, tão presente em nossa realidade. Isso porque, todas as nossas primeiras lições foram aprendidas com base na relação de causa e efeito: o choro provoca a atenção materna, desequilíbrio no andar ocasiona a queda, a correta contração das cordas vocais forma as primeiras palavras e o tocar do lápis no papel gera os primeiros desenhos.

Restringindo-se ao instituto da responsabilidade civil, será seguida, neste trabalho, a definição apresentada por ADRIANO DE CUPIS, para quem o nexo causal é tido como o vínculo que se estabelece entre dois diferentes fenômenos, pelo qual um assume o papel de consequência do outro¹⁵.

Apenas para pontuar os inúmeros problemas que podem decorrer da aplicação do elemento do nexo de causalidade, registre-se, desde logo, que a mera simultaneidade entre a verificação de um dano e a conduta de um agente não possui qualquer relevância para a imputação do dever de reparar o dano, destacando-se, a esse respeito, a necessidade de separação das condutas que possuem uma relação de mera simultaneidade ou de simples condicionalidade para com o prejuízo provocado a outrem daquela que constitui a sua verdadeira causa.

Tal processo representa a grande dificuldade trazida pelo elemento do nexo de causalidade, pois a realidade, via de regra, foge ao esquema simples de causa e

---

¹⁴ SILVA PEREIRA, Caio Mário da. *Responsabilidade Civil*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 76.

¹⁵ Nas palavras do autor: “*Rapporto di causalità è il legame che intercede tra due diversi fenomeni, per cui l'uno assume figura di effetto rispetto all'altro: quando un fenomeno sussiste in ragione dell'esistenza di un altro fenomeno, esso si dice 'causato' da quest, ad indicare che un rapporto di causalità si inserisce tra entrambi.*” (DE CUPIS, Adriano. *Il Danno*. 2ª ed., Milão: Dott. A. Giuffrè, 1979, p. 215). Em tradução livre: “O nexo de causalidade é o vínculo que se estabelece entre dois fenômenos diferentes, pelo qual um assume o papel de efeito em relação ao outro: quando um fenômeno existe devido à existência de outro fenômeno, esse pode ser dito ‘causado’ por aquele, para indicar que uma relação causal se encaixa entre ambos.”

consequência comumente trazido pelos manuais de direito para explicar o nexo causal na responsabilidade civil.

A investigação do fato que deve ser classificado como a efetiva causa do resultado danoso – processo este que será, na presente dissertação, denominado como “*investigação causal*” – é o problema que os estudiosos do nexo de causalidade buscam incessantemente solucionar.

Existem, nessa seara, muitos casos intrigantes.

Dentre tantos, possível citar o fictício episódio do indivíduo que, durante um assalto, sofre um pequeno corte em seu braço por conduta dolosa do criminoso. Livrando-se rapidamente do assaltante, a vítima, ao invés de se dirigir a um pronto-socorro, tenta, sozinha, estancar o sangramento e, não obtendo êxito, busca um curandeiro para tratar a lesão sofrida. O ferimento, no entanto, acaba por infeccionar, tornando necessária a amputação do membro superior da vítima.

Nessa situação, deve-se questionar qual a verdadeira causa da amputação do braço da vítima: (i) o corte dolosamente provocado pelo criminoso, (ii) a conduta do próprio lesado que deixou de ir a um hospital ou, ainda, (iii) a ação inábil do profissional sem habilitação médica por ela consultado.

A resposta pressupõe, necessariamente, a escolha de uma das teorias relacionadas à conceituação e à aplicação do nexo causal formuladas pela doutrina, as quais são denominadas de teorias da causalidade e representam o tema a ser estudado no segundo capítulo desta dissertação.

Superado esse aspecto, o passo seguinte envolve o exame do processo de *investigação causal*, a ser realizado em litígios em concreto, nos quais a causalidade seja posta em discussão, e cujo estudo, no âmbito desta dissertação, vai abranger tanto a metodologia para a identificação da causa do dano, como a análise de todos os possíveis resultados a serem obtidos a partir desse procedimento.

A análise da investigação causal, no presente trabalho, buscará, assim, delinear um quadro teórico e técnico para justificar a aplicação do nexo de causalidade no cenário atual da responsabilidade civil em casos práticos, que, em muitas hipóteses, escapa de seu

conceito tradicional, com o declarado intuito de proteger a vítima, assegurando-se, dessa maneira, a obtenção da reparação do dano por ela experimentado.

Nesse sentido, o estudo do processo de investigação causal, a ser feito no terceiro capítulo desta dissertação, abordará, após a definição de sua estrutura lógica, as noções de *causalidade singular*, em que há uma única série causal dirigida à causação do dano, *causalidade múltipla*, em que duas ou mais séries causais distintas direcionadas à causação de determinada lesão atuaram de forma conjunta e, por fim, *causalidade virtual-real*, em que existem duas ou mais séries causais diferentes orientadas à produção de um dano, mas apenas uma delas atuou com autonomia e efetividade.

Ao final do capítulo, será analisada a aplicação da metodologia proposta para a investigação causal em casos concretos julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.

Superado esse aspecto, mostra-se essencial destacar, dentro do grupo denominado de *causalidade virtual-real*, as situações em que o dever de reparação do dano é imposto sem que o nexo de causalidade, ao menos em seu entendimento clássico, esteja presente.

Pensa-se aqui, especificamente, nos casos de responsabilidade civil objetiva, com enfoque nas hipóteses de aplicação da *teoria do fortuito interno* e de responsabilidade solidária dos fornecedores, no âmbito das relações consumeristas.

Cabe, em tais situações, falar na criação de *presunções de causalidade*, a partir de processo denominado de *flexibilização do nexo causal*, e que se opõe aos casos em que as regras tradicionais da responsabilidade civil são aplicadas, nos quais se verifica a *interrupção do nexo causal* no momento em que apenas um dos fatos dirigidos à produção do dano atua de forma efetiva.

Nesse contexto, no quarto capítulo do presente trabalho, será examinada a forma de aplicação do nexo causal enquanto requisito para a imposição do dever de reparação de danos, a partir do estudo sobre as clássicas *excludentes da responsabilidade civil* – fato exclusivo da vítima, fato de terceiro e caso fortuito ou força maior –, permitindo, assim, a análise aprofundada das duas hipóteses decorrentes de sua aplicação, quais sejam: a *interrupção* e a *flexibilização* da causalidade.

O escopo dessa análise é, portanto, encontrar os fundamentos jurídicos para a adoção de soluções diversas em cada caso, de modo a construir uma base teórica que dê suporte à diferenciação de tratamento do nexo de causalidade no processo de investigação causal, garantindo, assim, a necessária segurança jurídica ao instituto da responsabilidade civil.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto ao longo da presente dissertação, é possível chegar a diversas conclusões, aqui sintetizadas em onze pontos:

(i) A responsabilidade civil, em seu cenário atual, apresenta como figura central a pessoa da vítima e, bem assim, a necessidade de sua proteção em face do dano injustamente sofrido, aspecto que pode ser extraído de valores como a *dignidade da pessoa humana* e a *solidariedade social*, positivados na Constituição da República de 1988;

(ii) Não se pode, entretanto, fundamentar modificações no sistema de reparação de danos tendo como base tão somente referidos princípios constitucionais, e isso por conta de seu caráter excessivamente genérico e abrangente, pelo que necessária a verificação de normas específicas, as quais, baseadas nesses conceitos abertos, estabeleçam alterações concretas visando à proteção da vítima, sob pena de permitir que a responsabilidade civil seja utilizada como instrumento de recomposição de desequilíbrios sociais;

(iii) Especificamente no tocante ao nexo de causalidade, enquanto elemento da responsabilidade civil, cabe destacar a ausência de posicionamento uníssono na doutrina e na jurisprudência a respeito de qual seria a melhor teoria para a sua aplicação, no exercício da dupla função de, por um lado, permitir a identificação do agente a quem deve ser imputado o resultado danoso e, nessa linha, atribuído o dever de reparação e, por outro, possibilitar a verificação da extensão do prejuízo a ser indenizado.

(iv) Inegável, de toda forma, que as duas teorias mais citadas pelos autores que se dedicaram ao estudo desse tema e por magistrados que tiveram a incumbência de resolver litígios em que discutido o nexo causal são a Teoria da Causalidade Adequada, que impõe a busca pelo fato que, em abstrato, tenha como consequência normal e regular a produção do dano, e a Teoria da Necessariedade da Causa, que prevê a identificação do fato que, em concreto, melhor explique a ocorrência do prejuízo verificado, estando ligado a ele por um vínculo de necessariedade;

(v) Essas teorias, contudo, não apresentam posições excludentes entre si, sendo, na realidade, complementares, pelo que se deve considerar, nesse sentido, que muito mais

importante do que pretender utopicamente encontrar uma única teoria que resolva todos os problemas relativos à aplicação do nexo de causalidade no âmbito da responsabilidade civil é a realização de forma técnica o processo de investigação causal, que tem como finalidade a elucidação da causa de um dano a partir de um litígio concretamente estabelecido;

(vi) Assim, mostra-se de rigor a separação do processo de *investigação causal* em duas fases distintas: a primeira, a ser realizada a partir das alegações feitas por cada uma das partes em litígio em concreto – de forma, portanto, mais superficial e com maior grau de abstração, sem a necessidade de um exame profundo das circunstâncias da situação em que ocorrido o dano –, voltada à localização de fatos potencialmente aptos à causação do prejuízo, e a segunda, a partir de análise detalhada das particularidades do caso concreto, circunscrita aos fatos identificados preliminarmente, de forma a permitir a conclusão em relação a qual deles se afigura mais idôneo à provocação do resultado danoso;

(vii) Deve-se considerar, nesse cenário, a aplicação conjunta das duas principais teorias da causalidade, focando-se na *adequação da causa* na primeira fase da investigação causal e na *necessariedade da causa* na segunda etapa do procedimento, sendo, no entanto, inapropriado o emprego rígido e inflexível dessas teorias;

(viii) Os resultados possíveis da *investigação causal* devem, em tais termos, ser divididos em três grupos distintos: o da *causalidade singular*, em que se identifica uma única série causal direcionada ao dano; o da *causalidade múltipla*, no qual se observa duas ou mais séries causais distintas dirigidas ao prejuízo, tendo elas atuado efetivamente e provocado, em conjunto, a lesão; e o da *causalidade virtual-real*, em que se constata duas ou mais séries causais orientadas ao resultado danoso, tendo, contudo, somente uma delas produzido efeitos na prática, vindo a provocar, por si só, a lesão sofrida pela vítima;

Cada um desses grupos pode ser representado graficamente:

CAUSALIDADE MÚLTIPLA

CAUSALIDADE VIRTUAL-REAL

(ix) Em relação ao último grupo, cabe ressaltar ser ele integrado pelos casos em que aplicáveis as *excludentes de responsabilidade civil* – fato exclusivo da vítima, fato de terceiro e caso fortuito ou força maior – as quais constituem a *causa real* do dano e cujo surgimento faz com que a outra série causal, igualmente dirigida ao prejuízo, não produza qualquer efeito, devendo o fato que deu origem a ela ser considerado mera *causa virtual* do resultado danoso;

(x) Nessas situações, ocorre, em regra, a *interrupção do nexo causal*, pelo que tão somente o autor da causa real deve ser condenado à reparação do dano; porém, visando a proteção das vítimas e atendendo, assim, ao escopo atual da responsabilidade civil, tem-se admitido a relativização, em certas hipóteses, dos efeitos dessas excludentes – com base, ressalte-se, em normas jurídicas específicas, não em conceitos genéricos como a dignidade humana e a solidariedade social –, fenômeno que se denomina de *flexibilização do nexo causal* e que ocorre com a criação de presunções de causalidade, as quais ligam ao prejuízo

o fato que era apenas potencialmente apto à sua provocação, mas que, na prática, não produziu qualquer efeito, permitindo-se, assim, a imposição do dever de indenizar também ao autor da causa virtual;

Essas situações podem, também, ser representadas graficamente:

INTERRUPÇÃO DO NEXO CAUSAL

FLEXIBILIZAÇÃO DO NEXO CAUSAL

(xi) A flexibilização do nexo causal pode ser vista com destaque – embora, diga-se, não exclusivamente – nos casos de responsabilidade civil objetiva nas relações de consumo, em que relativizados, em determinadas situações, os efeitos especificamente do *fato de terceiro*, e no âmbito de aplicação da teoria do fortuito interno, hipótese em que, se atendidos certos requisitos, essa relativização ocorre com o *caso fortuito* ou *força maior*.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

_____. “Direito das Obrigações - Exposição de motivos”. In: *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, ano IV, Rio de Janeiro, nº 24.

ALTHEIM, Roberto. “A atribuição do dever de indenizar em decorrência da prática de atividades naturalmente arriscadas e o problema do nexo de causalidade”. In: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson. (Org.). *Diálogos sobre direito civil*, Vol. II, Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ALPA, Guido. *Trattato di Diritto Civile*, v. 4 (La responsabilità civile). Milano: Dott. A. Giuffrè, 1999.

ANTUNES VARELA, João de Matos. *Das obrigações em geral*, v. 1. 10ª ed., revista e actualizada. 10ª reimpressão. Coimbra: Almedina, 2013.

AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de.; ALVIM, Thereza.; ARRUDA ALVIM, Eduardo.; MARINS, James. *Código do Consumidor Comentado*. 2ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Código Civil*, vol. IV. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

BITTAR, Carlos Alberto. *Reparação civil por danos morais*. 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *O problema da responsabilidade do Estado por actos lícitos*. Coimbra: Almedina, 1974.

CARPES, Artur Thompsen. *A prova do nexo de causalidade na responsabilidade civil*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

CASILLO, João. *Danos à pessoa e sua indenização*. 2ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 10ª ed., São Paulo: Atlas, 2012.

COMPAGNUCCI DE CASO, Rubén H. “Responsabilidad civil y relación de causalidade” In: *Seguros y responsabilidade civil*, Buenos Aires: Editorial Astrea, 1984.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Curso de direito romano: o direito romano e o direito civil brasileiro no novo Código Civil*. 30ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CRUZ, Gisela Sampaio da. *O problema do nexo causal na responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

DE CUPIS, Adriano. *Il Danno*. 2ª ed., Milão: Dott. A. Giuffrè, 1979.

DE LUCCA, Newton. *Direito do Consumidor – Teoria geral da relação de consumo*. 2ª ed., São Paulo: Quartier Latin, 2008.

DENARI, Zelmo. “Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço”. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et. al.*, *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, pp. 151-176.

DESCHEEMAER, ERIC. *The division of wrongs: a historical comparative study*. New York: Oxford University Press Inc., 2009.

DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*. 11ª ed. revista, atualizada de acordo com o Código Civil de 2002, e aumentada por Rui Berford Dias. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FACHIN, Luiz Edson. “Nexo de causalidade como pilar essencial da responsabilidade civil”. In: *Soluções práticas de direito - pareceres*, vol. 1, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, pp. 357-391.

FILOMENO, José Geraldo Brito. “Dos direitos do consumidor”. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et. al.*, *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, pp. 17-20.

FIRMO. Aníbal Bruno de Oliveira. *Direito Penal - Parte Geral*, Tomo 1.º. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1959.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. *Responsabilidade civil pelo risco da atividade: uma cláusula geral no Código Civil de 2002*. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOLDEBERG, Isidoro H. *La relación de causalidad en la responsabilidad civil*. 2ª ed. Buenos Aires: La Ley, 2000.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. 13ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

GOMES, Orlando. *Responsabilidade civil*, texto revisado, atualizado e ampliado por Edvaldo Brito. 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GOMES DE BARROS, Raimundo. “Relação de causalidade e o dever de indenizar“, In: *Revista do Direito do Consumidor*, ano 9 nº 34, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, abr.-jun./2000, pp. 135-145.

HART, H.L.A.; HONORÉ, Tony. *Causation in the law*. New York: Oxford, 1985.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Responsabilidade pressuposta*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio. “Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil”. In: *Revista Trimestral de Direito Civil*, v. 19, jul.-set., 2004.

_____. “Responsabilidade civil: assalto em estacionamento de supermercado – estacionamento gratuito como caso de ‘relação contratual de fato’. Admissão de prova de não-culpa. Estupro tentado fora do estacionamento, seguido de morte. Falta de relação de causalidade adequada”. In: Editora *Revista dos Tribunais* – RT nº 735, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, jan./1997, pp. 121-128.

KOATZ, Rafael Lorenzo-Fernandez. “A proibição do non liquet e a inafastabilidade do controle jurisdicional” in: Revista de Direito Administrativo, FGV: Rio de Janeiro, v. 270, set.-dez./2015, pp. 171-205.

LACERDA DE ALMEIDA, Francisco de Paula. *Efeitos das Obrigações*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1934.

LEMOS, Patrícia Faga Iglecias. *Direito ambiental: responsabilidade civil e proteção ao meio ambiente*. 2ª ed, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

LEVY, Daniel de Andrade. *Responsabilidade civil: de um direito dos danos a um direito das condutas lesivas*. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. *A reparação do dano e as funções da responsabilidade civil no s. XXI: por uma nova sistematização metodológica*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

LIMA, Alvino. *Culpa e Risco*. 2ª ed. rev. e atual. pelo Prof. Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

LOPEZ, Tereza Ancona. *Nexo causal e produtos potencialmente nocivos – a experiência brasileira do tabaco*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. “Responsabilidade contratual. Efeitos.” In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore. (Org.). *Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo: Editora Atlas, 2011, pp. 409-431.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

_____. “Ação Indenizatória. Dever de Informar do Fabricante sobre os Riscos do Tabagismo.” In: LOPEZ, Teresa Ancona (Org.). *Estudos e Pareceres sobre Livre-Arbitrio, Responsabilidade e Produto de Risco Inerente – O paradigma do tabaco. Aspectos civis e processuais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, pp. 277-318.

MATOZZI, Ignacio de Cuevillas. *La relación de causalidad en la órbita del derecho de daños*. Valência: Tirant lo Blanch, 2000.

MEDEIROS DA FONSECA, Arnaldo. *Caso fortuito e teoria da imprevisão*. 3ª ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1958.

MENEZES CORDEIRO, Antonio. *Da responsabilidade civil dos administradores das sociedades comerciais*. Lisboa: Lex, 1997.

MIRAGEM, Bruno Nubens Barbosa. *Direito civil: responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2015.

MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo. “Art. 944 do Código Civil: O problema da mitigação do princípio da reparação integral”. In: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson. (Coord.). *O direito e o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas - Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2008, pp. 757-796.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. “Deveres parentais e responsabilidade civil”. In: *Revista Brasileira de Direito de Família*, v. 31, 2005, pp. 39-66.

_____. “O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo”. In: SARLET, Ingo Wolfgang. (Coord.) *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

MORAES, Renato Duarte Franco de. *A causalidade alternativa e a responsabilidade civil dos múltiplos ofensores*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

MOREIRA ALVES, José Carlos. *Direito Romano*. 14ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MORSELLO, Marco Fábio. *Responsabilidade civil no transporte aéreo*. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. “O nexa causal e suas distintas teorias: apreciações críticas” In: *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, vol. 19, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, jan./2007, pp. 211-218.

MULHOLLAND, Caitlin Sampaio. *A responsabilidade civil por presunção de causalidade*, Rio de Janeiro: GZ, 2010.

NÓBREGA, Vandick Londres da. *História e sistema do direito privado romano*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1962, pp. 440-472.

NORONHA, Fernando. *Direito das obrigações*. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. “Desenvolvimento Contemporâneo da Responsabilidade Civil”. In: *Revista dos Tribunais*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 761, 1999.

_____. “O nexa de causalidade na responsabilidade civil”. In: *Revista dos Tribunais*, vol. 816, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, pp. 733-750, out./2003.

PAULA, Carolina Bellini Arantes de. *As excludentes de responsabilidade civil objetiva*, São Paulo: Atlas, 2007.

PENTEADO, Luciano de Camargo; FIGUEIREDO, Fabio Vieira. “Outras modalidades de obrigações” In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore. (Org.). *Obrigações*. São Paulo: Editora Atlas, 2011, pp. 217-242.

PEREIRA COELHO, Francisco Manuel. *O problema da causa virtual na responsabilidade civil*, Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. Tomo XXII. Parte Especial. Direito das obrigações, obrigações e suas espécies, fontes e espécies de obrigações. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora Borsoi, 1971.

POTHIER, Joseph Robert. *Tratado das obrigações*, tradução de Adrian Sotero De Witt Batista e Douglas Dias Ferreira. Campinas: Servanda, 2002.

REINIG, Gustavo Henrique Lima. *O problema da causalidade na responsabilidade civil: a teoria do escopo de proteção da norma (Schutzzwecktheorie) e sua aplicabilidade no*

direito civil brasileiro. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: responsabilidade civil*, v. 4. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. “Nexo causal probabilístico: elementos para a crítica de um conceito”. In: *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, vol. 8, ano 3, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, jul.-set./2016, pp. 115-137.

ROXIN, Claus. *Derecho Penal: Parte General*. Tomo I. Madrid: Civitas, 1997.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Princípio da reparação integral – indenização no Código Civil*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS BRIZ, Jaime. *La responsabilidad civil: derecho sustantivo y derecho procesal*. 3ª ed. Madrid: Montecorvo, 1981.

SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil: da erosão dos filtros de reparação à diluição dos danos*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. *A boa-fé e a violação positiva do contrato*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SILVA, Rafael Peteffi da. *Responsabilidade civil pela perda de uma chance: comparação jurídica e direito positivo para um modelo dogmático brasileiro*. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

SILVA, Wilson Melo da. *O dano moral e sua reparação*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1983.

_____. *Responsabilidade sem culpa e socialização do risco*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Alvares, 1962.

SILVA PEREIRA, Caio Mário da. *Responsabilidade Civil*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1997.

SIMÃO, José Fernando. *Vícios do produto no novo Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor*, São Paulo: Atlas, 2003.

STOCO, Rui. “Responsabilidade civil no Código Civil Francês e no Código Civil Brasileiro”. Palestra proferida no Seminário em Comemoração ao Bicentenário do Código Civil Francês, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, no auditório do Superior Tribunal de Justiça (Brasília-DF), no dia 27/09/2004. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/9704-9703-1-PB.pdf>

TADEU, Silney Alves. Responsabilidade civil: nexos causal, causas de exoneração. Culpa da vítima, força maior e concorrência de culpas. In: *Revista de Direito do Consumidor*, vol. 64, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, out./2007, p. 134-154.

TEPEDINO, Gustavo. “Notas sobre o nexo de causalidade”. In: *Revista Jurídica*, ano 50, nº 296. Porto Alegre: Sulina, jun./2002, pp. 7-18.

_____. “Responsabilidade por acidente aéreo”. In: *Soluções Práticas – Tepedino*, vol. 1, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, nov./2011, p. 353-367.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: responsabilidade civil*. 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2009, v. 4.

VENTURI, Thaís Goveia Pascoaloto. *A construção da responsabilidade civil preventiva no direito civil contemporâneo*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná.